

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OFERTA DE DISCIPLINAS

ANO E SEMESTRE

2016/1

PROFESSOR(ES)						
MARCELO ANDRADE FÉRES						
CÓDIGO DA DISCIPLINA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO <i>FORMULÁRIOS</i> NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)						
DIR 808						
TEMA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO <i>FORMULÁRIOS</i> NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)						
TEMAS DE DIREITO EMPRESARIAL						
SUBTEMA (LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO DOCENTE)						
SISTEMA ANTICORRUPÇÃO E EMPRESA						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE <i>DISCIPLINA ISOLADA</i> ?						
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE <i>DISCIPLINA ELETIVA</i> ?						
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>						
DIA DA SEMANA	HORÁRIO		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Terça-feira	DE 19 H 30 ÀS 22 H 00		45 H	3	20	REGULAR - PRESENCIAL

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO (UNIDADE)
	UFMG/FACULDADE DE DIREITO

EMENTA (LIVREMENTE INDICADA PELO DOCENTE)
<p>Ementa: A presente disciplina tem por objetivo analisar a evolução internacional e nacional do sistema anticorrupção, especialmente quanto a suas implicação para a empresa no mercado.</p> <p>Programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- A normativa anticorrupção de empresas no cenário internacional. 2- Antecedentes da Lei Anticorrupção de empresas no direito brasileiro. 3- A Lei Anticorrupção de empresas no direito brasileiro. 4- A Lei Anticorrupção e o compliance.

OFERTA DE DISCIPLINAS

BIBLIOGRAFIA

OBSERVAÇÃO: CASO O ESPAÇO NÃO SEJA SUFICIENTE, O PROFESSOR DEVERÁ INDICAR, NESSE CAMPO, APENAS A BIBLIOGRAFIA BÁSICA. A BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DEVERÁ SER APRESENTADA, OPORTUNAMENTE, AOS ESTUDANTES MATRICULADOS.

- BECHARA, Ana Elisa Liberatore S. et LA TORRE, Ignacio Berdugo Gómez de. O Controle da Corrupção: a experiência espanhola. São Paulo: RT. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 359, Set / 2014.
- BLOK, Marcela. A Nova Lei Anticorrupção e o Compliance. São Paulo: RT. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, vol. 65/2014, p. 263 – 318, Jul - Set / 2014.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Programa de Integridade: Diretrizes para empresas privadas. Disponível em:
<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf> . Acesso em: 18/11/2015.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Integridade para Pequenos Negócios. Disponível em:
<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/integridade-para-pequenos-negocios> . Acesso em: 18/11/2015.
- CAGGIANO, Monica Herman Salem. Corrupção e Financiamento das Campanhas Eleitorais. São Paulo: RT. Revista de Direito Constitucional e Internacional, vol. 41/2002, p. 215 – 240, Out - Dez / 2002.
- CAMARGO, Beatriz Corrêa. Instrumentos Internacionais no Combate à Corrupção. Transformações e Harmonização do Direito Penal Brasileiro. Considerações Sobre os Crimes Praticados por Particulares contra a Administração Pública Estrangeira. São Paulo: RT. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 89/2011, p. 95 – 130, Mar - Abr / 2011.
- CARVALHOSA, Modesto. Considerações sobre a Lei Anticorrupção das Pessoas Jurídicas. São Paulo: RT, 2015.
- DE LUCCA, Newton. Da Ética Geral à Ética Empresarial. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Panorama Crítico da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013). São Paulo: RT. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 25.
- FORIGO, Camila Rodrigues et GONÇALVES, Oksandro Osdival. A Aplicabilidade das Sanções Previstas na Lei Anticorrupção Empresarial (Lei n. 12.846/2013): Uma Análise a partir das Fraudes Envolvendo o Metrô de São Paulo. São Paulo: RT. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 115/2015, p. 337 – 366, Jul - Ago / 2015.
- KUYVEN, Fernando. Aplicação Ultraterritorial da Lei Anticorrupção. São Paulo: RT. Revista de Direito Empresarial, vol. 4/2014, p. 263, Jul / 2014.
- LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Procedimento e Sanção na Lei Anticorrupção. São Paulo: RT. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 267 – 279, Set / 2014.
- PEREIRA NETO, Miguel. A Lei Anticorrupção e a Administração Pública Estrangeira. São Paulo: RT. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 331 – 357, Set / 2014.
- SANCTIS, Fausto Martin de. Lei Anticorrupção e Lavagem de Dinheiro. São Paulo: RT. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 213, Set / 2014.
- SOUZA, Ricardo Inglês de et SILVEIRA, Luciana Dutra de Oliveira. Lei Anticorrupção e a Defesa da Concorrência. São Paulo: RT. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 201 – 211, Set / 2014.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OFERTA DE DISCIPLINAS

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

OBSERVAÇÃO: NESTE CAMPO, O DOCENTE PODERÁ INSERIR LINKS PARA FACILITAR O ACESSO A TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Sugerimos a consulta aos seguintes sites:

<http://www.ssrn.com/en/>: Social Science Research Network. Site em que é possível obter parte dos artigos indicados para esta disciplina, bem como inúmeros outros textos em língua inglesa.

<http://www.ecgi.org/>: European Corporate Governance Institute. Site do instituto em que há uma grande diversidade de textos sobre governança corporativa em todo o mundo.

<http://www.cgu.gov.br/>: Controladoria-Geral da União. Site do órgão federal responsável pela aplicação da legislação anticorrupção, contendo várias normas e textos sobre a disciplina.

<http://www.oecd.org/corruption/>: Parte sobre corrupção no site da OCDE, contendo diversas normas e textos internacionais sobre a disciplina.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (PREENCHIMENTO OPCIONAL)

Tanto a bibliografia quanto a sugestão de sites aqui contida é preliminar, introdutória. Ambos serão complementados e aprofundados com indicações específicas, ao longo do curso, sem prejuízo das fontes pesquisadas pelos próprios alunos, para embasar seus seminários.